

Diário do Legislativo de 08/08/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 65ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura

1.2 - 56ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - MANIFESTAÇÕES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/8/2009

Presidência dos Deputados José Henrique, Ademir Lucas e Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.587 a 3.594/2009 - Requerimentos nºs 4.326 a 4.334/2009 - Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e dos Deputados Tenente Lúcio e outros e Juninho Araújo, Domingos Sávio e outros - Comunicações: Comunicações das Comissões de Transporte, de Assuntos Municipais, de Cultura, de Educação e de Turismo e do Deputado Elmiro Nascimento - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados João Leite, Domingos Sávio, André Quintão e Weliton Prado - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Tenente Lúcio e outros e Juninho Araújo, Domingos Sávio e outros; deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimento da Comissão de Direitos Humanos; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 898/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 972/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Inexistência de quórum para votação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.949/2008; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.187/2009; apresentação das Emendas nºs 2 e 3; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.367/2009; apresentação das Emendas nºs 8 e 9 ao Substitutivo nº 1; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.926/2008; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.035/2009; encerramento da discussão - Requerimento do Deputado Almir Paraca; deferimento; discurso do Deputado Carlin Moura - Requerimento do Deputado Padre João; deferimento; discurso do Deputado Weliton Prado - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Neider Moreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.587/2009

Dá a denominação de Domingos Teixeira de Souza Chaves à rodovia que liga o Município de Gameleiras ao Município de Catuti.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Domingos Teixeira de Souza Chaves a rodovia que liga o Município de Gameleiras ao Município de Catuti.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Arlen Santiago

Justificação: Em homenagem a Domingos Teixeira de Souza Chaves, cidadão ilustre, que durante anos prestou seus serviços em favor da população do Norte mineiro, gostaria que essa rodovia levasse seu nome.

A denominação proposta com certeza encontrará eco em toda a população, tendo em vista as notórias qualidades do homenageado e o grande respeito a ele demonstrado pela população.

Em 14 de janeiro de 1884, no sítio Manga Velha, no Município de Gameleiras, nasceu Domingos Teixeira de Souza Chaves, filho de Izídio Teixeira de Souza Chaves e Maria Alves Martins. Domingos era lavrador e durante toda a sua vida trabalhou arduamente para sustentar seus 10 filhos. Era uma época de muita dificuldade, pois o único meio de escoar os produtos da agricultura para as cidades vizinhas era por meio de animais cargueiros e carros de boi.

Domingos Teixeira de Souza Chaves era um exemplo de dedicação à família. Era um homem simples, trabalhador, incansável, rigoroso na observância dos elementares princípios e valores da ética e da moral. Tinha o hábito de se reunir com os familiares para uma boa conversa e para as comemorações tradicionais da região.

Em 5/2/46, despediu-se da vida com a mesma simplicidade com que viveu. Agora só restam as lembranças e os ensinamentos deixados por ele, presentes em seus descendentes.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.588/2009

Institui o Selo Jovem e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Selo Jovem.

Art. 2º - O Selo Jovem será outorgado pela Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude às entidades que se destacarem no desenvolvimento de projetos dirigidos à inserção do jovem na sociedade.

Parágrafo único - O Poder Executivo constituirá um colegiado, vinculado à Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, que, entre outras atribuições, fixará os requisitos para a obtenção do Selo, bem como indicará as entidades habilitadas a recebê-lo.

Art. 3º - As entidades contribuintes do ICMS que receberem o Selo Jovem poderão obter incentivo fiscal na forma a ser fixada pelo Poder Executivo, até o limite de 12% do valor dessa contribuição.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Gustavo Valadares

Justificação: Na esteira daqueles que reputam que ao jovem cabe o futuro da Nação é que apresentamos este projeto, convictos de que o estímulo que pretendemos oferecer será de grande valia para o jovem. Essa medida vai ao encontro dos interesses dos que colaboram com o crescimento econômico do Estado, bem como dos jovens mineiros que tanto carecem de estímulos e oportunidades para concretizar seus sonhos.

Essas são as razões da apresentação deste projeto de lei, e contamos com o voto favorável dos senhores Deputados ao seu acolhimento.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.589/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Usuários de Transportes de Passageiros e Cargas de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Usuários de Transportes de Passageiros e Cargas de Juiz de Fora, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Walter Tosta

Justificação: A Associação dos Usuários de Transportes de Passageiros e Cargas de Juiz de Fora, com sede nesse Município, fundada em 18/4/2000, é uma entidade sem fins econômicos que tem como objetivo cooperar com o Município no estudo e solução dos problemas concernentes ao transporte urbano de passageiros, propondo medidas para seu aperfeiçoamento e diretrizes para criação, alteração e extinção de linhas e itinerários e para alteração de horários e números de viagens; abrindo discussões sobre as concorrências públicas para exploração de linhas de transporte urbano; examinando e emitindo pareceres sobre recursos interpostos contra a aplicação de penalidades por infração às normas que regem os serviços; opinando e propondo modificações na metodologia do cálculo tarifário e acompanhando sua aplicação; sugerindo alterações nos regulamentos dos serviços de transporte urbano e emitindo pareceres sobre quaisquer assuntos relacionados ao transporte urbano.

Pelas razões expostas, o trabalho da Associação é extremamente meritório, e ela é merecedora do título de utilidade pública, que lhe dará mais condições para desempenhar sua elevada missão. Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.590/2009

Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Antônio Dias o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao Município de Antônio Dias imóvel urbano constituído de um lote com área de 1.351,60m² (mil trezentos e cinquenta e um vírgula sessenta metros quadrados), sendo trinta e seis metros e oitenta de frente e trinta e sete metros de fundos, situado na Rua do Sítio, nesse Município, confrontando pelo lado direito com terrenos de Orígenes Antunes Ataíde; pelo lado esquerdo, com terrenos de Maria Macaria da Silva; pelos fundos com o rego d'água de servidão pública; e pela frente com a citada Rua do Sítio, registrado sob o número 2.026, à fl. 99 do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis de Antônio Dias.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo destina-se à construção de uma escola municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Rosângela Reis

Justificação: O imóvel de que trata este projeto de lei foi doado ao Estado pelo Município de Antônio Dias no ano de 1925, sem finalidade especificada para a doação, sendo que o Estado nunca efetuou edificação no local. O Município pleiteia a transferência do imóvel ao seu patrimônio, para construir no local uma escola municipal. Por tais motivos, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.591/2009

Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Antônio Dias o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao Município de Antônio Dias imóvel com área de 800m² (oitocentos metros quadrados), situado na Rua do Sítio, nesse Município, confrontando, pelo lado direito e pelos fundos, com a Prefeitura Municipal; pelo lado esquerdo, com Vicente Albino e, pela frente, com a Rua do Sítio e registrado sob o nº 4.268, a fls. 235 do Livro 3-E, no Cartório de Registro de Imóveis de Antônio Dias.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo destina-se à construção do Centro de Atendimento a Pessoas da Terceira Idade.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Rosângela Reis

Justificação: O imóvel de que trata este projeto de lei foi doado ao Estado pelo Município de Antônio Dias, em 1964, para construção de cadeia pública. A finalidade da doação não foi cumprida, é o Município pleiteia a transferência do imóvel ao seu patrimônio para nele construir o Centro de Atendimento a Pessoas da Terceira Idade. Por tais motivos, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.592/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Entorno do Lago de Miranda em Indianópolis - Amelmi -, com sede no Município de Indianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Entorno do Lago de Miranda em Indianópolis - Amelmi -, com sede no Município de Indianópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: Congregando os proprietários, produtores e irrigantes de pequeno e médio porte em terras localizadas no entorno do Lago de Miranda, além de profissionais ligados à assistência técnica e extensão rural, à educação ambiental e aos órgãos públicos da área ambiental, a Associação dos Moradores do Entorno do Lago de Miranda em Indianópolis tem como principal finalidade assegurar a disponibilidade de água, com padrão de qualidade e em quantidade adequada às necessidades da comunidade atual e das futuras gerações, e a preservação do ecossistema local.

Com esse propósito, desenvolve ações objetivando o saneamento, a redução da poluição, a conservação do solo, das nascentes e da água, além da racionalização do consumo dos recursos hídricos; fomenta o equilíbrio da produção agrícola com a preservação dos recursos naturais; apoia a execução de programas de desenvolvimento sustentável; defende a melhoria da exploração agropecuária na comunidade, das condições sociais e o bem-estar dos moradores e proprietários; reivindica junto às instituições públicas soluções viáveis para problemas atuais e futuros relacionados a habitabilidade, construção e implantação de rede de serviços básicos, além de melhorias nas áreas de saúde, educação, transporte, esporte, lazer e assistência técnica.

Diante da importância de suas atividades, esperamos contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei, que pretende declarar a Associação dos Moradores do Entorno do Lago de Miranda em Indianópolis de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.593/2009

Declara de utilidade pública a Fundação Lara Resende, com sede no Município de São João del-Rei.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Lara Resende, de São João del-Rei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Mauri Torres

Justificação: A Fundação Lara Resende, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de São João del-Rei, tem como objetivo mobilizar a comunidade para atuar nas questões relativas a preservação ambiental e proteção à natureza, em especial à fauna. Propõe-se ainda a criar mecanismos e programas específicos para a reprodução animal, orientar e participar de ações educativas, campanhas, eventos, produções artísticas e culturais destinadas a sensibilizar a população para os problemas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, entre outras finalidades.

Com duração indeterminada, a entidade encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano e sua Diretoria é composta por pessoas idôneas e de ilibada conduta social, não recebendo nenhuma remuneração por sua atuação. A totalidade das rendas apuradas é destinada integralmente a manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Considerando-se a importância e a relevância dos serviços prestados pela referida entidade, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.594/2009

Declara utilidade pública o Centro de Integração João Gurgel de Souza, com sede no Município de Veríssimo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro de Integração João Gurgel de Souza, com sede no Município de Veríssimo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Fahim Sawan

Justificação: O Centro de Integração João Gurgel de Souza tem por finalidade trabalhar com crianças e adolescentes com idade entre 7 e 16 anos, para facilitar sua integração ao meio social e apoiá-los no que tange à sua formação educacional. Entre as principais atividades desenvolvidas pela entidade estão as seguintes: amparar, proteger e educar crianças e adolescentes de 7 a 16 anos; desenvolver atendimento psicopedagógico para reforço escolar, acompanhamento de tarefas, pesquisas e trabalhos extra-classe; promover trabalho educativo para crianças e adolescentes, extensivo à família; oferecer atividades de trabalhos manuais em diversas áreas, como opção de terapia ocupacional e desenvolvimento integral da criança e do adolescente; promover cursos de profissionalização, na condição de aprendiz; promover ações através de projetos específicos nas áreas de esporte, cultura, lazer e saúde; congrega órgãos e entidades do Município e de fora dele, para alocar recursos humanos e materiais, em atendimento aos usuários do Centro de Integração João Gurgel de Souza.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.326/2009, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Conselho Regional de Economia - Corecon-MG - pela passagem do Dia do Economista. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.327/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Aiuruoca pelo 304º aniversário de fundação desse Município.

Nº 4.328/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Elói Mendes pelo transcurso do 98º aniversário de fundação desse Município.

Nº 4.329/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Paraguaçu pelo transcurso do 98º aniversário de fundação desse Município.

Nº 4.330/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Conceição do Rio Verde pelo transcurso do 98º aniversário de fundação desse Município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.331/2009, do Deputado Braulio Braz, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido enviado a esta Casa por educadores que atuam na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio EJA Dr. Manuel Martins Lisboa Júnior, em Muriaé, para que seja concedido auxílio periculosidade e insalubridade aos educadores que atuam nas unidades penitenciárias do Estado. (- À Comissão de Educação.)

Nº 4.332/2009, do Deputado Inácio Franco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Banda de Música Lira Santa Cecília, com sede no Município de Pará de Minas, pelos seus 72 anos de existência. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 4.333/2009, da Deputada Gláucia Brandão, em que solicita seja encaminhado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados pedido de providências para elaboração de projeto de lei que vise a suprimir os incisos I, II e VI do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20/12/96. (- À Comissão de Educação.)

Nº 4.334/2009, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado pedido de cópias dos atos reservados que menciona, que não foram publicados na imprensa oficial. (- À Mesa da Assembleia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e dos Deputados Tenente Lúcio e outros e Juninho Araújo, Domingos Sávio e outros.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Transporte, de Assuntos Municipais, de Cultura, de Educação e de Turismo e do Deputado Elmiro Nascimento.

Oradores Inscritos

- Os Deputados João Leite, Domingos Sávio, André Quintão e Weliton Prado proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Transporte - aprovação, na 13ª Reunião Ordinária, em 5/8/2009, dos Requerimentos nºs 4.152/2009, da Comissão de Cultura, 4.216 e 4.220/2009, do Deputado Duarte Bechir, 4.256 e 4.257/2009, da Comissão de Participação Popular, e 4.274/2009, do Deputado Weliton Prado; de Assuntos Municipais - aprovação, na 19ª Reunião Ordinária, em 5/8/2009, dos Requerimentos nºs 4.224 a 4.248/2009, do Deputado Wander Borges; de Cultura - aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, em 5/8/2009, do Projeto de Lei nº 3.272/2009, do Deputado Juarez Távora, e dos Requerimentos nºs 4.208/2009, do Deputado Ruy Muniz, 4.264/2009, do Deputado Domingos Sávio, e 4.270/2009, Deputada Gláucia Brandão; de Educação - aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 5/8/2009, do Projeto de Lei nº 3.308/2009, do Deputado João Leite, e dos Requerimentos nºs 4.150/2009, do Deputado Padre João, 4.217/2009, do Deputado Duarte Bechir, 4.263/2009, do Deputado Délio Malheiros, 4.266/2009, do Deputado Wander Borges, 4.267/2009, do Deputado Ademir Lucas, e 4.273/2009, do Deputado Weliton Prado; e de Turismo - aprovação, na 13ª Reunião Ordinária, em 6/8/2009, dos Requerimentos nºs 4.114 e 4.116/2009, do Deputado Duarte Bechir, 4.158/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.159/2009, do Deputado Doutor Viana, 4.163/2009, do Deputado Neider Moreira, e 4.190, 4.215 e 4.218/2009, do Deputado Duarte Bechir (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputado Tenente Lúcio e outros, solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Exército Brasileiro, e Juninho Araújo, Domingos Sávio e outros, solicitando a convocação de reunião especial para comemorar o Dia do Maçom.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos, solicitando que se encaminhem aos acionistas e à diretoria da empresa ArcelorMittal Brasil cópia das notas taquigráficas que menciona e pedido de providências relativas a negociação com pequenos produtores rurais da região de Pingo-d'Água. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 898/2007, do Deputado Délio Malheiros, que dispõe sobre a comercialização de lanches e bebidas em escolas no Estado. A Comissão de Saúde perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Ademir Lucas opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 898/2007 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 972/2007, dos Deputados Fahim Sawan e Eros Biondini, que institui procedimentos para a identificação do recém-nascido e de sua mãe nos hospitais e nas maternidades do Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 972/2007 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das matérias constantes na pauta.

Discussão, em 2º turno, de Projeto de Lei nº 2.949/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.994, de 18/9/2001, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.187/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis Delegadas nºs 100, de 29/1/2003, e 175, de 20/1/2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 3.187/2009

EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte § 3º:

"Art. 1º - (...)

§ 3º - Para os fins estabelecidos no inciso III, a Ouvidoria:

I - afixará cartazes, em local visível e próximo aos guichês de atendimento, contendo o número do telefone e o endereço eletrônico da Ouvidoria;

II - instalará, nas rodovias sob administração do DER-MG, placas de sinalização que contenham o número de telefone e o endereço da Ouvidoria;

III - disponibilizará espaço para reclamação, sugestão e informação em página na internet;

IV - criará outros mecanismos para a comunicação direta com o cidadão."

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Délio Malheiros

Justificação: A qualidade e eficiência dos serviços prestados pelas ouvidorias em instituições públicas constituem, na atualidade, uma premissa básica e essencial para o fortalecimento dos órgãos que compõem a administração pública direta e indireta. Além de possibilitar o exercício efetivo da cidadania, as reclamações, sugestões e informações obtidas através das ouvidorias constituem, por outro lado, uma fonte barata e perspicaz para a coleta de subsídios que possibilitam o ajuste adequado dos procedimentos e serviços prestados pela administração pública.

Nesta linha de proceder, a fim de estreitar a relação entre o cidadão e a Ouvidoria criada por este projeto de lei, esta emenda tem por objetivo justamente prever mecanismos eficazes para a coleta das informações junto aos cidadãos em geral, bem como despertar este órgão para a necessidade e importância de criar outros mecanismos para a comunicação direta com o cidadão, uma vez que de nada adianta a lei prever a competência da Ouvidoria como responsável pela gestão das informações e, por sua vez, ser omissa quanto às formas pelas quais tal comunicação poderá ser feita.

Por todo o exposto e considerando que até o momento o Projeto de Lei nº 3.187/2009 é omissivo quanto aos mecanismos de comunicação, como já foi dito, essenciais para o exercício da competência instituída no art. 1º, inciso III, da referida proposição, pugna este Deputado pela aprovação desta emenda.

EMENDA Nº 3

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte inciso IV, ficando o atual inciso IV renumerado como inciso V:

"IV - receber pedidos de informações, esclarecimentos e reclamações afetos às rodovias sob custódia da autarquia e responder diretamente aos interessados;"

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Délio Malheiros

Justificação: Em sua forma original, o art. 1º, inciso III, desta proposição prevê a competência da Ouvidoria do DER-MG para o recebimento de pedidos de informações, esclarecimentos e reclamações afetos a esta autarquia. Dessa maneira, tal previsão faz com que a competência da Ouvidoria se restrinja ao recebimento e troca de dados atinentes às questões internas e meramente administrativas do DER-MG.

Diante disso, considerando que a Ouvidoria pode ser também utilizada como um importante instrumento na coleta de informações, junto aos cidadãos, que possibilitem, por exemplo, a constatação de problemas estruturais nas rodovias estaduais, assim como na busca de soluções para prevenção de acidentes, a modificação que se pretende com esta emenda visa ampliar o leque de competência do referido órgão para o recebimento de informações, esclarecimentos e reclamações atinentes às rodovias sob custódia da autarquia.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do Deputado Délio Malheiros, que receberam os nºs 2 e 3 e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão votadas independentemente de parecer, no momento oportuno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.367/2009, do Governador do Estado, que cria cargos de natureza especial no Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 3.367/2009

EMENDA Nº 8

O art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - (...)

"Art. 5º-A - Serão devidos honorários, nos termos do inciso VI do art. 118 da Lei nº 869, de 5 julho de 1952, ao servidor efetivo que, em caráter eventual, exercer a função de auxiliar ou membro de banca examinadora, em processo de habilitação, controle e reabilitação do condutor de veículo automotor, de competência do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - Detran-MG -, na forma definida em regulamento e observado o seguinte:

I - os honorários serão calculados em horas, observado o limite máximo de oitenta horas mensais;".

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Inácio Franco - Délio Malheiros.

EMENDA Nº 9

Suprima-se do § 2º do art. 5º-A da Lei nº 15.926, de 2005, a que se refere o art. 6º do projeto, a expressão "inclusive para fins de aposentadoria e pensões".

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2009.

Inácio Franco - Délio Malheiros.

Justificação: A incorporação da gratificação aos proventos para fins de aposentadoria deve observar a legislação previdenciária que é norma geral imposta pela União, nos termos da Constituição da República.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas dos Deputados Inácio Franco e Délio Malheiros, que receberam os nºs 8 e 9, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão votadas independentemente de parecer, no momento oportuno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/97. A Comissão de Justiça perdeu para prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.035/2009, dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Gilberto Abramo, que dispõe sobre a proibição de consumo de produtos derivados do tabaco em recintos coletivos fechados e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Almir Paraca em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Carlin Moura. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

- O Deputado Carlin Moura profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Ademir Lucas) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Weliton Prado. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Weliton Prado.

- O Deputado Weliton Prado profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/8/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de

Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.032/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.949/2008; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 3 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.005/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.440/2009; requerimento do Deputado Gilberto Abramo; deferimento; votação do projeto, salvo emenda e destaque; aprovação; votação do parágrafo único do art. 1º do projeto; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 954/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.142/2009; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 898/2007; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discurso do Deputado Rêmoló Aloise; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; questão de ordem; encerramento da discussão; questão de ordem - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 972/2007; questão de ordem; encerramento da discussão - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademar Lucas - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 702, 742 e 1.976/2007, 2.396, 2.438, 2.549 e 2.936/2008, 2.966, 3.187, 3.269, 3.312, 3.367 e 3.443/2009, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.032/2008, do Deputado Ruy Muniz, que dispõe sobre a concessão de nova placa, pelo Detran, ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.032/2008 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.949/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.994, de 18/9/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Administração Pública. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.949/2008 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.005/2009, do Deputado Fábio Avelar, que determina o cancelamento imediato, pelo Detran, da Carteira Nacional de Habilitação - CNH - dos falecidos no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.005/2009 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Transporte.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.440/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilberto Abramo em que solicita a votação destacada do parágrafo único do art. 1º do projeto. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emenda e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o parágrafo único do art. 1º do projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o

Projeto de Lei nº 3.440/2009 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 954/2007, do Deputado Vanderlei Jangrossi, que institui a Semana de Conscientização da Fauna no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Irani Barbosa. Na sua ausência e não havendo outros oradores inscritos, encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 954/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.142/2009, do Deputado Célio Moreira, que institui a Semana de Combate à Pedofilia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Irani Barbosa. Na sua ausência e não havendo outros oradores inscritos, encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 898/2007, do Deputado Délio Malheiros, que dispõe sobre a comercialização de lanches e bebidas em escolas no Estado. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer, a Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Ademir Lucas. Com a palavra, o Deputado Ademir Lucas, para emitir seu parecer.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

Parecer PARA O 2º TURNO DO Projeto de Lei Nº 898/2007

Relatório

De autoria do Deputado Délio Malheiros, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a comercialização de lanches e bebidas em escolas no Estado.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 2, foi a matéria distribuída à Comissão de Saúde, que perdeu o prazo para emitir parecer de 2º turno.

Incluído o projeto na ordem do dia para apreciação, nos termos do art. 145 do Regimento Interno, o Presidente da Assembleia designou este Deputado como relator para, em 24 horas, emitir parecer sobre a matéria.

Segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto de lei em tela tem como propósito regulamentar a comercialização de lanches e bebidas em escolas das redes pública e privada do Estado. Para tanto, proíbe a comercialização de produtos de alto índice calórico e baixo teor nutricional nos estabelecimentos de ensino e estabelece que seja dada prioridade a alimentos que sigam padrões de qualidade alimentar.

O assunto tratado pela proposição em questão é tema de diversas ações, programas e projetos tanto na esfera federal quanto na esfera estadual. A promoção da alimentação saudável constitui um dos eixos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNaN - e está pautada pela concretização da garantia de acesso à alimentação e à nutrição adequadas.

A escola tem sido considerada um espaço social adequado para a promoção de hábitos saudáveis, por sua função formativa, que deveria abranger, além da assimilação de conhecimento, o fortalecimento da auto estima, o desenvolvimento de comportamentos construtivos e a integração na vida social.

A utilização do ambiente escolar como um espaço para a educação nutricional e a promoção da alimentação saudável de crianças e jovens pode contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis durante o resto da vida e ajudar a diminuir a ocorrência de doenças e males relacionados a práticas alimentares incorretas, como obesidade, diabetes, câncer, doenças infecciosas e carências nutricionais.

Em 8/5/2006, foi publicada a Portaria Interministerial nº 1.010, dos Ministérios da Saúde e da Educação, que instituiu as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional.

Em outubro de 2008, realizou-se nesta Casa o Ciclo de Debates "Alimentação Escolar como Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional", cujo documento final, elaborado pela Comissão de Representação, recomenda ao Estado a implementação das ações definidas no art. 5º da Portaria nº 1.010, de 2006. Uma dessas ações é a restrição à oferta e à venda de alimentos com alto teor de gordura, gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal, bem como a disponibilização de mais opções de alimentos e refeições saudáveis na escola.

Além do comércio de alimentos nas escolas, há ainda as cantinas escolares, que oferecem refeições aos alunos. A Medida Provisória nº 455, de 28/1/2009, estabelece em suas diretrizes o emprego da alimentação saudável e adequada na escola, o que compreende o uso de alimentos variados e seguros, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar. Estabelece, ainda, a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica como dever do Estado.

Nessa perspectiva, os cardápios escolares devem ser adequados com a finalidade de desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis. É importante aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras e estimular e auxiliar os serviços de alimentação das escolas na divulgação de opções saudáveis e no desenvolvimento de estratégias que possibilitem essas escolhas.

O projeto de lei em tela, tal como aprovado em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, é anterior à Medida Provisória nº 455, de 2009, e não faz referência à merenda escolar oferecida na rede pública de ensino, restringindo somente a comercialização de alimentos não saudáveis no ambiente escolar. Dessa forma, sugerimos que o termo "fornecimento" seja incorporado ao texto da proposição, a fim de incluir também a merenda escolar oferecida pelas escolas no escopo de regulamentação da norma.

Outro ponto que enseja a apresentação de um substitutivo no 2º turno é que no vencido do 1º turno há uma exemplificação dos produtos a serem restringidos. Segundo a técnica legislativa, tratar o objeto da lei de forma integral não significa detalhar determinados pontos que poderiam ser apropriadamente discriminados por meio de regulamento.

Considerando que há uma variada gama desses produtos disponível no mercado, os quais podem diferir em aspectos como origem, fabricante e composição básica, seguramente a lista apresentada na proposição em estudo não contém todos os tipos de alimentos nocivos à saúde dos escolares. Além disso, a indústria alimentícia está sempre apresentando novos produtos, nem sempre saudáveis, para tentar atrair o público em questão.

Não somos contrários à necessidade de especificar quais produtos devem ter o seu fornecimento e a sua comercialização restringidos no âmbito escolar. Contudo, parece-nos mais adequado que tal especificação seja feita mediante regulamento, a fim de garantir maior detalhamento. Ademais, a disposição dessa relação de produtos em regulamento facilitaria a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis e a atualização constante da listagem.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 898/2007, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Acrescenta dispositivo à Lei nº 15.072, de 5 de abril de 2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado à Lei nº 15.072, de 5 de abril de 2004, o seguinte art. 3º-A:

"Art. 3º-A – Os lanches e as bebidas fornecidos e comercializados nas escolas das redes pública e privada do Estado serão preparados conforme padrões de qualidade nutricional compatíveis com a promoção da saúde dos alunos e a prevenção da obesidade infantil.

§ 1º – São vedados, nos estabelecimentos a que se refere o "caput" deste artigo, o fornecimento e a comercialização de produtos e preparações com altos teores de calorias, gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal ou com poucos nutrientes, nos termos de regulamento.

§ 2º – O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação sanitária."

Art. 2º – A alteração efetivada por esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 898/2007

(Redação do Vencido)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 15.072, de 5 de abril de 2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescido à Lei nº 15.072, de 5 de abril de 2004, o seguinte art. 3º-A:

"Art. 3º-A – A comercialização de lanches e bebidas nos estabelecimentos da rede estadual pública e privada de ensino obedecerá a padrões de qualidade nutricional indispensáveis à saúde dos alunos e à prevenção da obesidade infantil.

§ 1º – É vedada a comercialização, nos estabelecimentos a que se refere o 'caput' deste artigo, de produtos de baixo valor nutricional ou alto teor calórico, assim declarados em regulamento, entre eles:

I – frituras em geral;

II – pães e salgados com massa folhada;

III – biscoitos recheados;

IV – balas, pirulitos e gomas de mascar;

V – catchup, mostarda e maionese;

VI – bebidas artificiais;

VII – salgadinhos e pipocas industrializados;

VIII – alimentos apesuntados e embutidos, bem como produtos que possuem gorduras trans e saturadas.

§ 2º – O descumprimento das disposições constantes deste artigo sujeita o infrator às penalidades previstas na legislação sanitária."

Art. 2º – A alteração efetivada por esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

O Sr. Presidente - Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Irani Barbosa. Na sua ausência, com a palavra, para discutir, o Deputado Rêmoló Aloise.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Sr. Presidente, diante da importância do Projeto nº 898/2007, inclusive pelo fato de o autor do projeto não se encontrar em Plenário, faço questão de ordem durante minha discussão.

Questões de Ordem

O Deputado Rêmoló Aloise - V. Exa. está usando o que preceitua o Regimento, sobre a necessidade da presença de 26 Deputados em Plenário para dar prosseguimento à discussão desse projeto?

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado que desde o início dos trabalhos havia quórum para a abertura da reunião, discussão e votação das matérias constantes na pauta.

O Deputado Rêmoló Aloise - Esta é a interpretação de V. Exa.?

O Sr. Presidente - Sim.

O Deputado Rêmoló Aloise - Eu contesto. Não existe no Regimento o que V. Exa. está dizendo.

O Sr. Presidente - A Presidência informa que a lista de comparecimento registra a existência de número regimental para votação.

O Deputado Ademir Lucas - Com todo respeito ao ilustre Deputado Rêmoló Aloise, sua observação não procede. Por meio da verificação de votação, seria possível apurar a existência ou não de quórum. A reunião vem transcorrendo de forma legítima, com quórum qualificado. Não houve questionamento em nenhuma das votações. Não há dúvida quanto a isso. Então, gostaria que V. Exa. desse prosseguimento à pauta e que colocasse em discussão o projeto ao qual demos parecer. Se o Deputado Rêmoló Aloise achar conveniente, que peça a verificação, e então V. Exa. certamente recomporá o quórum, caso não seja suficiente, ou prosseguirá com a reunião. Acho precedente, democrático, regimental, mas o momento tem de ser adequado. Acho que este não é o momento adequado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Ademir Lucas que o projeto está em discussão. O Deputado Rêmoló Aloise pediu para discutir. A matéria continua em discussão.

O Deputado Rêmoló Aloise - Diante das brilhantes palavras do nobre relator nomeado em Plenário, Deputado Ademir Lucas, concordo com V. Exa. em antecipar a verificação, uma vez que estamos em discussão. O Regimento determina claramente que, para discussão, são necessários 26 Deputados. Se, no início da reunião, havia 40 ou 77 é uma questão. Agora, o que se está discutindo e o que o Presidente colocou na pauta é a presença de 26 Deputados. Não estou questionando nem obstruindo. Acho que o projeto é muito importante. É lamentável que seu autor não se encontre em Plenário para aprofundarmos um pouco mais essa discussão. Como o Presidente entende que existe número para a discussão, persisto na indagação a respeito de se o Regimento permite discussão com menos de 26 Deputados. Se o Presidente entender que tem autorização para definir minha questão de ordem, acato sua decisão, mas não posso concordar inteiramente com as palavras do relator Ademir Lucas. Concordo quando afirma que os trabalhos estão em perfeita ordem, mas regimentalmente V. Exa. não está acatando os preceitos regimentais desta Casa, nobre Ademir.

O Sr. Presidente - A Presidência, verificando que alguns Deputados se retiraram do Plenário, vai determinar seja feita a chamada para recomposição do número regimental.

O Deputado Ademir Lucas - É justamente o que eu queria dizer. Só se pode aferir a existência de quórum ou não por meio da chamada.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 27 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Continua em discussão o projeto.

Questão de Ordem

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - O projeto continua em discussão e a palavra está com V.Exa.

O Deputado Rêmoló Aloise - Não comecei a discutir.

O Sr. Presidente - O tempo de V.Exa. para discutir o projeto já está correndo. A chamada para a recomposição de quórum foi realizada dentro desse prazo.

O Deputado Rêmoló Aloise - O senhor vai fazer a verificação de quórum dentro do meu tempo? Onde está isso no Regimento?

O Sr. Presidente - O art. 163 do Regimento Interno estabelece o seguinte: "Os apartes e as questões de ordem consentidos pelo orador e os incidentes por ele suscitados serão computados no prazo de que dispuser para seu pronunciamento".

O Deputado Rêmoló Aloise - Aparte e questão de ordem não são questão de discussão, Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, muito obrigado pela sua gentileza. Não há 26 Deputados em Plenário. V. Exa. pode contar. Quanto aos Deputados em Comissão, peço a V. Exa.,...

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado que a chamada para recomposição de quórum acabou de ser feita e a ela responderam 27 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação da discussão.

O Deputado Rêmoló Aloise - O senhor está contando os Deputados que estão no Salão Vermelho e na cantina? Esse é o procedimento de V. Exa.?

O Sr. Presidente - Só em Plenário, Deputado.

O Deputado Rêmoló Aloise - Como?

O Sr. Presidente - Só em Plenário.

O Deputado Rêmoló Aloise - Vamos contar? Um, com você; dois, com o Deputado Hely Tarquínio; três, com o Deputado Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Deputado Rêmoló Aloise, como V. Exa. é um Deputado experiente, sabe que os Deputados entram e saem do Plenário constantemente. Então, se tivermos que fazer uma chamada a cada momento, teremos de fechar as portas do Plenário para evitar a saída de Deputados.

O Deputado Rêmoló Aloise - Fechar as portas do Plenário é uma opção que V. Exa. tem.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 972/2007, dos Deputados Fahim Sawan e Eros Biondini, que institui procedimentos para a identificação do recém-nascido e de sua mãe nos hospitais e nas maternidades do Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Questão de Ordem

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, antes de entrar na discussão do Projeto de Lei nº 972, gostaria de saber se já se encerrou a discussão do Projeto de Lei nº 898.

O Sr. Presidente - A discussão do Projeto de Lei nº 898/2007 já foi encerrada e, portanto, é matéria vencida.

O Deputado Rêmoló Aloise - Gostaria que constasse em ata o meu pronunciamento, visto que ela é publicada no "Diário do Legislativo".

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do Deputado Rêmoló Aloise. Em discussão, o Projeto de Lei nº 972/2007. Com a palavra, para discutir, o Deputado Irani Barbosa. Na sua ausência e não havendo outros oradores inscritos, encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Ilustre Presidente, Deputado José Henrique, utilizo-me deste microfone para trazer notícia a este Plenário de uma grande conquista dos moradores da cidade de Belo Oriente. Hoje pela manhã, recebi a notícia de que o Desembargador Sérgio Rezende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, comunicou ao ilustre Prefeito de Belo Oriente, Dr. Humberto, a decisão do Tribunal de instalar a Comarca de Belo Oriente. Foi determinado que sejam feitas as reformas no prédio onde será a sede da Comarca, o Fórum de Belo Oriente. Essa é uma luta antiga dos moradores de Belo Oriente, que, agora, torna-se realidade. Quero agradecer ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sérgio Resende, que vem colocando em prática aquilo que prometeu assim que assumiu a Presidência do Tribunal: marcar sua gestão com a valorização das Comarcas. Ele suspendeu a construção da nova sede do Tribunal de Justiça com o compromisso de que iria investir nas Comarcas, dando condições de trabalho aos Juízes, aos jurisdicionados e advogados. Ao determinar a instalação da Comarca de Belo Oriente, o Desembargador Sérgio Resende torna realidade esse compromisso. Quero cumprimentar o Prefeito de Belo Oriente, Dr. Humberto, que, desde a primeira hora como Prefeito, lutou muito. Em janeiro deste ano, o Prefeito, juntamente com todos os Vereadores da Câmara Municipal, veio ao Tribunal e levantou a bandeira da necessidade da construção da Comarca. Quero cumprimentar e agradecer aos Vereadores da cidade, que sempre estiveram ao lado do Prefeito Humberto, bem como à Deputada Cecília Ferramenta, que esteve conosco nessa batalha. Quero agradecer-lhe, Deputado José Henrique, por comparecer à audiência. Em todas as oportunidades, V. Exa. esteve presente, cumprindo um papel decisivo para essa conquista. Quero cumprimentar e agradecer à Deputada Rosângela Reis, que também, desde a primeira hora, esteve presente nessa luta, bem como o Deputado Juninho Araújo, que também nos ajudou muito, para que tornássemos realidade esse pleito do povo de Belo Oriente. Estou feliz. Eu, que sou um Deputado bem votado na cidade de Belo Oriente, fico realmente feliz por ter conseguido, com nossos colegas, com aqueles que sabem da importância disso, a instalação dessa Comarca. Há 15 anos, esperamos por isso. Sabemos que isso vai melhorar muito, vai facilitar muito a vida dos trabalhadores de Belo Oriente, dos advogados e dos Juízes. O importante é uma justiça próxima, rápida, facilitada. Com isso, se constrói a verdadeira cidadania. Fica aqui o nosso registro de agradecimento. Esperamos estar juntos na inauguração dessa tão sonhada comarca da cidade de Belo Oriente. Desejo felicidades ao povo de Belo Oriente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária também de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Ata da 14ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/6/2009

Às 14 horas, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dá por aprovada

a ata da reunião anterior e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, denúncia de irregularidades nas transferências de policiais militares do Estado e comunica o recebimento de ofício do Sr. Gilberto Cabral Costa, Coronel PM Chefe do Estado-Maior, justificando a ausência do Cel. PM Nilo Sérgio da Silva, Comandante da 1ª Região da Polícia Militar, convocado para esta audiência. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Rodrigo Filgueira de Oliveira, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário - CAO-DH -; Cel. Domingos Sávio de Mendonça, Assessor Jurídico da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - Ascobom -; e a Sra. Renata Alessandra de Abreu e Silva, Advogada da Ascobom; e o Subtenente Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais - Aspra -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 12ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/7/2009

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Eros Biondini e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.291/2009 (relator: Deputado Tenente Lúcio), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.949, 4.013, 4.064 e 4.107/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Gláucia Brandão e dos Deputados Carlos Gomes e Getúlio Neiva, em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Cultura para debater os circuitos turísticos do Vale do Jequitinhonha relacionados à produção e comercialização de cachaça e artesanato, ao ecoturismo e a eventos culturais; e dos Deputados Tenente Lúcio, Carlos Gomes e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater questões relacionadas à produção de café no Estado, em especial as dificuldades enfrentadas pelos produtores em relação à legislação ambiental vigente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Carlos Gomes.

Ata da 12ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 7/7/2009

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Djalma Diniz e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Irani Barbosa, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Djalma Diniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Fernando Miranda Gonçalves, Diretor dos Correios em Minas Gerais; Sebastião de Abreu Ferreira, Superintendente Regional do DNIT no Estado (substituto); Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte; e Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig (2/7/2009); da Diretoria Regional dos Correios em Minas Gerais (3/7/2009). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 551/2007 (relator: Deputado Adalclever Lopes); 1.432/2007, 2.480/2008, 3.001, 3.051/2009 (relator: Deputado Djalma Diniz); 2.478/2008, 3.050/2009 (relator: Deputado Irani Barbosa); 3.070, 3.366/2009 (relator: Deputado Gustavo Valadares); e 3.109/2009 (relator: Deputado Rêmoló Aloise), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.076 a 4.081, 4.093 e 4.136/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Juninho Araújo em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Conselheiro Lafaiete para discutir o atual estágio das obras do Viaduto Vila Rica, bem como o estado em que se encontra a BR-040 e os estudos e projetos para a duplicação dessa rodovia; e Gil Pereira em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que autorize, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e do Departamento de Estradas de Rodagem, a pavimentação da estrada que liga os Municípios de Montes Claros e Januária, partindo do Distrito de Nova Esperança e ligando os Distritos de Miralta, Cachoeira de Miralta, Vila Nova de Minas e Samambaia ao entroncamento chamada Estrada da Produção. Após acordado entre os membros, a Presidência comunica que fica fixado o novo horário das reuniões ordinárias da Comissão para as quartas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Gustavo Valadares, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Gilberto Abramo.

Ata da 16ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 8/7/2009

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Célio Moreira e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Vereador Athos Mameluque Mota, Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, publicada no "Diário do Legislativo", em 20/6/2009. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, em que solicita a realização de audiência pública no Município de Itabira para discutir a situação dos moradores da Vila Paciência, devido à proximidade de uma mina da Vale. A Presidência recebe requerimento do Deputado Antônio Júlio, em que solicita a realização de audiência pública para discutir questões relacionadas à remuneração da tarifa de energia elétrica no horário de ponta e à responsabilidade por investimentos em sistemas de distribuição de energia nos Municípios mineiros, o qual será apreciado oportunamente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares,

convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Rêmoló Aloise - Tiago Ulisses.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 8/7/2009

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do PT) e o Deputado Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Jangrossi, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Getúlio Neiva. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.435/2008 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi), 3.209/2009 (relator: Deputado Juninho Araújo), 3.350/2009 (relatora: Deputada Gláucia Brandão) e 3.396/2009 (relator: Deputado Paulo Guedes), que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Getúlio Neiva - Dimas Fabiano.

Ata da 10ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, em 9/7/2009

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Vanderlei Miranda e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Ronaldo Araújo Pedron, Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas, e Joaquim Alves de Andrade, Desembargador do Tribunal de Justiça, publicados no "Diário do Legislativo" de 20/6/2009; ofício da Sra. Paula Regina Fonte Boa Pinto, Coordenadora de Política Prisional em exercício, encaminhando o 2º Relatório do Grupo de Atuação Estratégica Permanente em Defesa da População Carcerária - Gaep - e CD produzido pela Associação dos Defensores Públicos em Minas Gerais - Adep -; e ofícios da Sra. Marlene Alves de Almeida Silva, Ouvidora do Sistema Penitenciário (2), em que encaminha anteprojeto para alteração da Lei nº 14.625, de 30/7/2003, e dá ciência de visitas de inspeção a serem realizadas em instituições prisionais pelo órgão de que é titular. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Vanderlei Miranda em que solicita seja o prazo de funcionamento desta Comissão prorrogado por 30 dias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2009.

João Leite, Presidente - Adélmo Carneiro Leão - Neider Moreira.

Ata da 18ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 14/7/2009

Às 15h19min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o endividamento dos produtores de milho, devido ao alto custo de produção e ao baixo preço de comercialização do produto. Comunica, ainda, o recebimento de ofício do Sr. Evandro Oliveira Neiva, Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informando que o Sr. Gilman Viana Rodrigues, titular dessa Pasta, será representado nesta reunião pelo Sr. Wilson Rosa, Coordenador Técnico Estadual de Culturas da Emater-MG. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.976/2009, no 2º turno, para o qual designa como relator o Deputado Chico Uejo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.976/2009 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Chico Uejo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.160/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Vanderlei Jangrossi, Chico Uejo e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja realizada audiência pública para apresentação de nova tecnologia do tipo UHT, usada no empacotamento de leite, similar à da Tetra Pak; Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja ouvido nesta reunião o Sr. Leonardo dos Reis Medeiros, Presidente da Casmil e do Sindicato dos Produtores Rurais de Passos; Antônio Carlos Arantes, Vanderlei Jangrossi e Domingos Sávio (3), em que solicitam seja encaminhado ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências com vistas à implementação de política de preços mínimos de grãos e à indexação desses preços a planilhas oficiais de custos de produção elaboradas e periodicamente atualizadas pela Embrapa; seja encaminhado à Diretoria de Crédito Rural do Banco do Brasil pedido de providências com vistas à implementação de mecanismos que assegurem o acesso dos produtores rurais a linhas de crédito para financiar a compra de animais; e seja encaminhado ao Superintendente do Banco do Brasil em Minas Gerais pedido de providências com vistas à renegociação de dívidas dos produtores de milho do Estado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Wilson Rosa; Carlos Geovane Rodrigues Queiroz, Gerente do Mercado de Agronegócios do Banco do Brasil, representando o Sr. Tércio Luiz Tavares Pascoal, Superintendente do Banco do Brasil no Estado; Pierre Santos Vilela, Coordenador da Assessoria Técnica da Faemg, representando o Sr. Roberto Simões, Presidente dessa entidade; José Antônio de Moraes, Presidente da Cooperativa Agropecuária de Bom Jesus da Penha - Cooperpenha -, e Leonardo dos Reis Medeiros, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Antônio Carlos Arantes e Chico Uejo, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Carlos Gomes - Antônio Carlos Arantes.

Ata da 17ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 14/7/2009

Às 23h29min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro (substituindo o Deputado Irani Barbosa, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Rêmoló Aloise, Arlen Santiago, Adalclever Lopes, Gilberto Abramo e Vanderlei Jangrossi. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, atendendo a requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, procede à leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.771/2008 (relator: Deputado Fábio Avelar), na forma do vencido no 1º turno com as Emendas de nºs 1 a 9, com voto contrário do Deputado Sávio Souza Cruz. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, 15/7, às 9h30min, convoca-os para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Sávio Souza Cruz - Gil Pereira.

Ata da 5ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/7/2009

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Antônio Carlos Arantes e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a audiência pública para debater a implantação do Microempreendedor Individual - MeI -, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 128, de 2008, bem como as perspectivas de desenvolvimento desse setor. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Barroso Pimentel, Ministro de Estado da Previdência Social; Carlos Meles, Deputado Federal; João Bitar, Deputado Federal; Edson Lupatini Júnior, Secretário de Comércio e Serviço do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Anderson Costa Cabido, Prefeito Municipal de Congonhas; Roberto Simões, Presidente do Conselho Deliberativo do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais - Sebrae-MG -; Olival Gonzaga de Resende, Presidente do Conselho das Micro e Pequenas Empresas da Associação Comercial de Minas; Eduardo Heleno Valadares de Abreu, Presidente do Sindicato dos Escritórios de Contabilidade, Auditoria e Perícias Contábeis do Estado de Minas Gerais - Sinescontabil; Belchior Gonçalves da Silva, Diretor da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Betim, e a Sra. Vânia Vieira, Chefe de Departamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Caratinga, representando o Prefeito, João Bosco Pessini Gonçalves, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Gomes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Fábio Avelar - Eros Biondini.

Ata da 15ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/7/2009

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta e Lafayette de Andrada (substituindo este ao Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Presidente e Diretor de Saúde do Ipsemg, em resposta ao Ofício nº 1.491/2009 desta Comissão, que encaminhou requerimento dos Deputados Carlos Mosconi, Fahim Sawan e Doutor Rinaldo, em que presta informações sobre a assistência à saúde prestada por esse instituto no Município de Passos; e de ofício da Sra. Eunice Maria Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Araguari, publicado no "Diário do Legislativo" em 11/7/2009, em que solicita, em nome dessa Casa, seja realizada nessa Câmara audiência pública da Comissão de Saúde para tratar da situação do Hospital Municipal, que não está funcionando. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 apresentada, no 2º turno, ao Projeto de Lei nº 972/2007 (relator: Deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.162, 4.167 e 4.183/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.009, 3.121, 3.246 e 3.271/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi e Adelmo Carneiro Leão em que solicitam audiência pública desta Comissão para debater a evolução da epidemia da influenza A (H1N1), ou gripe suína, no País e especialmente em Minas Gerais, bem como o controle da doença; e Doutor Rinaldo, Ana Maria Resende e Carlos Pimenta, em que solicitam seja realizada visita desta Comissão ao Governador do Estado, para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 31, de 2007, que amplia a licença maternidade da servidora gestante para 180 dias, sem prejuízo da remuneração. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Rinaldo - Fahim Sawan.

Ata da 11ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/7/2009

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e a debater, em audiência pública, as relações entre o Samu e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, no que concerne ao atendimento de pacientes por meio de seus serviços de urgência. Registra-se, neste momento, a presença do Deputado Domingos Sávio. A Presidência

interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Maria Sílvia Mascarenhas Martins de Lucena, Coordenadora do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu; Rasível dos Reis Santos, Coordenador Estadual do Samu, representando o Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Secretário de Estado de Saúde; Susana Maria Moreira Rates, Secretária Adjunta Municipal de Saúde de Belo Horizonte, representando o Secretário, Sr. Marcelo Gouvêa Teixeira; Cel. BM Alexandre Marcelo Costa Oliveira, Diretor de Assuntos Institucionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, representando o Comandante-Geral, Cel. BM Gilvam Almeida Sá; Ten. Cel. Jediel Alves Costa, Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Lafayette de Andrada - Neider Moreira - Domingos Sávio.

Ata da 17ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/7/2009

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Ruy Muniz, Deiró Marra e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Deiró Marra, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" em 11/7/2009: dos Srs. Dilceu Dal Bosco, Deputado Estadual e 1º-Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, e Robinson Correa Gontijo, Diretor Regional do Serviço Social do Comércio em Minas Gerais. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designa os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.308/2009 (Deputado Deiró Marra), em turno único, 3.128/2009 (Deputada Gláucia Brandão), 3.202/2009 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 3.229/2009 (Deputado Ruy Muniz), em 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.040/2009, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Deiró Marra). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.330 e 3.376/2009 (relator: Deputado Deiró Marra), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.148, 4.151, 4.191 e 4.209/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Carlin Moura - Gláucia Brandão.

Ata da 15ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/7/2009

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta e o Deputado Elmiro Nascimento, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elmiro Nascimento, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designa como relator o Deputado Walter Tosta: Projetos de Lei nºs 3.446, 3.447, 3.451, 3.453 a 3.455, 3.457, 3.459, 3.460, 3.463, 3.467, 3.468 e 3.471 a 3.473/2009. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.205/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizada audiência pública em Santana do Paraíso para debater a possibilidade da instalação de uma agência do INSS nesse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2009.

Padre João, Presidente - Carlos Gomes.

Ata da 18ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/7/2009

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ademir Lucas, Sebastião Helvécio e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Wilson Dornelas Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Monte Carmelo, publicado no "Diário do Legislativo" de 11/7/2009. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.166/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Cecília Ferramenta e do Deputado Carlin Moura (8) em que requerem sejam formulados apelos ao Secretário de Transportes, solicitando a realização de obras de melhoria e reformas de infraestrutura do aeroporto do Município de Guanhães, e intercessão junto ao Governador, visando a recomposição salarial dos servidores administrativos, ativos e aposentados, do DER/MG; ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, solicitando a manutenção da Vara do Trabalho na Comarca de Guanhães; ao Ministro do Desenvolvimento Social e ao Delegado Federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário, solicitando reforço e ampliação das políticas públicas dessa pasta no Município de Guanhães e região; em que requerem sejam agendadas audiências com o Secretário de Saúde, destinada a discutir os problemas relacionados ao funcionamento do Hospital Regional Imaculada Conceição, do Município de Guanhães, e com o Secretário de Transportes, destinada a discutir os problemas relacionados à implementação do Decreto nº 44.035, de 2005, na região de Guanhães, no que se refere à regularização do transporte intermunicipal de passageiros realizado por taxistas; e solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Política Agropecuária, com o objetivo de discutir a implementação da Lei nº 14.185, de 2002, que dispõe sobre o processo de produção do queijo minas artesanal, com os convidados que menciona; Adelmo Carneiro Leão, em que requer seja realizada audiência pública para debater o repasse de recursos dos Municípios mineiros para os entes públicos estaduais e federais; e Ademir Lucas, em que requer seja enviado ofício ao Secretário de Transportes,

solicitando cópia de convênio celebrado entre essa Secretaria e a Prefeitura de Contagem para recapeamento asfáltico de vias públicas nesse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Ademir Lucas - Wander Borges.

Ata da 17ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 16/7/2009

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir. Estão presentes também os Deputados Almir Paraca e Domingos Sávio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentar e debater, em audiência pública, o Projeto Casa da Cidadania, desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado, em parceria com associações e lideranças comunitárias e com o Programa Polos de Cidadania, da UFMG. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral do Estado; Hélio da Gama, Defensor Público; Antônio Afonso Fernandes Filho, Presidente e Coordenador-Geral da Central Única das Favelas - Cufa-BH -; Júlio César Alves, Presidente da Rede Favela da Periferia de Belo Horizonte e Região; Antônio Eduardo Silva Nicácio, Coordenador do Programa Polos de Cidadania, da UFMG, representando a Sra. Miracy Barbosa de Souza Gustin, Coordenadora do mesmo Programa; e a Sra. Sílvia Helena Rocha Rabelo, Secretária de Direito e Cidadania de Belo Horizonte, representando o Sr. Mário Assad Júnior, Secretário de Assuntos Institucionais do mesmo Município, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Almir Paraca, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão (3), em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em Teófilo Ottoni para debater as perspectivas das políticas públicas para a juventude; seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater a normatização dos serviços prestados pelos "call-centers"; e seja realizada reunião de audiência pública em comemoração do Dia do Nutricionista; André Quintão e Carlin Moura (3), em que solicitam seja encaminhada ao Presidente do STJ manifestação de repúdio à decisão dessa Corte que absolveu réus de crimes de exploração sexual alegando que as crianças e adolescentes envolvidas no caso eram reconhecidamente prostitutas; seja encaminhado aos Senadores por Minas Gerais pedido para que se posicionem contrariamente à Proposta de Emenda Constitucional nº 20/99; e seja encaminhado aos Deputados Federais e Senadores por Minas Gerais pedido para que se posicionem favoravelmente à Proposta de Emenda Constitucional nº 327/2009, do Deputado Federal Valtemir Pereira, que transfere para a Justiça do Trabalho a competência da Justiça Federal de processar e julgar crimes contra a organização do trabalho, enviando-se também anteprojeto de lei sobre a competência penal trabalhista, do Desembargador Antônio Álvares da Silva, e cópia das notas taquigráficas da reunião extraordinária desta Comissão em 10/7/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Duarte Bechir.

Ata da 15ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 16/7/2009

Às 20h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Rômulo Veneroso (substituindo o Deputado Juarez Távora, por indicação do BPS) e João Leite (substituindo o Deputado Lafayette de Andrada, por indicação do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 21h25min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Alencar da Silveira Jr., Antônio Genaro e Getúlio Neiva. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.035/2009 na forma do Substitutivo nº 3 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão). Os Projetos de Lei nºs 2.949/2008 e 2.984, 3.163, 3.187, 3.210, 3.367, 3.440 e 3.442/2009 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias do dia 17/7, às 10, 14 e 20 horas, para apreciação dos projetos de lei constantes da pauta desta reunião e discutir e votar proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Inácio Franco, Presidente - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Célio Moreira.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 17/7/2009

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gilberto Abramo, Lafayette de Andrada e Vanderlei Jangrossi (substituindo este ao Deputado Dimas Fabiano, por indicação da Liderança do PP), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Jangrossi, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar pareceres em fase de redação final. Suspende-se a reunião. Reabertos os trabalhos, às 10h36min, com a presença dos Deputados Ademir Lucas, Dimas Fabiano, Gilberto Abramo, Lafayette de Andrada e Gil Pereira, o Presidente, Deputado Gilberto Abramo, acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.432/2007, 2.478 e 2.480/2008, 3.337/2009 (Deputado Lafayette de Andrada); e 3.001, 3.344 e 3.392/2009 (Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.337/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.432/2007, 2.478 e 2.480/2008 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); 3.001, 3.344 e 3.392/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca a reunião extraordinária prevista para hoje, às 14h30min, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano - Ademir Lucas - Ronaldo Magalhães.

Ata da 15ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 4/8/2009

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz, Almir Paraca e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Agricultura (17/7/2009) e Luciano Luz Badini Martins, Coordenador do CAO-MA (18/7/2009). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada visita ao Parque Estadual do Sumidouro, em Pedro Leopoldo, para averiguar as condições do dique construído em 1991, cujo processo de demolição está tramitando na Justiça, e a realização de reunião de audiência pública, na Câmara Municipal, para debater o assunto com autoridades locais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Adalclever Lopes - Irani Barbosa - Adelmo Carneiro Leão - Dimas Fabiano.

Ata da 18ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 5/8/2009

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Irani Barbosa, Adalclever Lopes, Adelmo Carneiro Leão (substituindo o Deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do PT) e Dimas Fabiano (substituindo o Deputado Gil Pereira, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Júlio, Rêmoló Aloise, Gilberto Abramo, Jayro Lessa, Luiz Humberto Carneiro e Neider Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 2.771/2008 e, em seguida, determina a distribuição em avulso do parecer que concluí pela aprovação das Emendas nºs 16, 17 e 18, e das Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 10, 12 e 14, e pela rejeição das Emendas nºs 5, 6, 7, 11, 13 e 15, no 2º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, dia 6/8/2009, às 10 horas, para apreciação do parecer sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.771/2008, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Luiz Humberto Carneiro - Irani Barbosa.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/8/2009

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 898/2007, do Deputado Délio Malheiros, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, e 972/2007, dos Deputados Fahim Sawan e Eros Biondini, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 10/8/2009, destinada à comemoração dos 15 anos de fundação do Colégio Magnum Agostiniano.

Palácio da Inconfidência, 7 de agosto de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Walter Tosta, Elmiro Nascimento e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/8/2009, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei Federal nº 296/2003, do Senador Paulo Paim, que altera o art. 29 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e revoga os arts. 3º, 5º, 6º e 7º da Lei Federal nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2009.

Rosângela Reis, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.323/2009

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Ademir Lucas, o Projeto de Lei nº 3.323/2009 "acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 15.981, de 16 de janeiro de 2006, que cria o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento - Findes".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 15/5/2009, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e a esta Comissão.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Agora vem a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro-orçamentários, conforme normas regimentais.

Fundamentação

A proposição em exame visa acrescentar inciso ao art. 6º da Lei nº 15.981, de 2006, que cria o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento - Findes -, instituindo a exigência de contrapartida do beneficiário de financiamentos concedidos pelo BDMG com vistas à manutenção do nível de emprego, nos termos de regulamento.

De acordo com o autor, essa medida é importante para se enfrentar o impacto da crise econômica mundial no mercado de trabalho. A opção por inserir a exigência da referida contrapartida no texto da lei que dispõe sobre o Findes é justificada pelo fato de se tratar de um fundo de fomento controlado pelo BDMG, voltado para o financiamento de projetos de grandes empreendimentos, que concentram um número expressivo de empregados.

A iniciativa é de grande relevância, tendo em vista a crise financeira que afetou a economia mundial, com impacto negativo sobre o mercado de trabalho. A busca de instrumentos para se assegurar a manutenção do nível de emprego é uma preocupação global, e, entre eles, destaca-se a exigência de contrapartidas para a concessão de crédito público a empresas privadas.

O BDMG desempenha o papel de agente financeiro de inúmeros fundos estaduais e deve respeitar as condições, os prazos e os objetivos estabelecidos nas leis que os instituíram.

Nosso Estado oferece crédito subsidiado para que empreendimentos privados tenham sua sustentabilidade assegurada, contemplando-se a justiça social e o interesse coletivo, especialmente em um cenário de retração econômica mundial.

Assim, a Comissão de Constituição e Justiça, que nos precedeu, entendeu ser possível impor uma contrapartida com vistas à manutenção do nível de emprego nas empresas privadas beneficiadas com recursos estatais, especificamente no caso do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento - Findes -, sem que isso estabeleça uma nova hipótese de estabilidade no emprego, violando a competência legislativa privativa da União para tratar de direito do trabalho. O projeto em tela, na verdade, impõe a condição de que as empresas, durante o prazo de vigência do financiamento, preservem os postos de trabalho existentes à época da celebração do contrato, ou seja, elas poderão efetuar demissões, desde que os postos de trabalho sejam novamente preenchidos. Assim, a proposta se restringe às relações entre o Fundo, o BDMG e as empresas privadas, estando fora do campo normativo da União.

Com essa medida, valoriza-se o trabalho e mantém-se o nível de emprego, pois, em situações de crise cuja extensão não esteja claramente definida, a regulação da ordem econômica deve se dar através de instrumentos mais dinâmicos, que possam ser adaptados às transformações constantes do cenário político-econômico.

Assim, a regulamentação dos aspectos operacionais fica a cargo do Poder Executivo, em cuja organização está inserido o BDMG, que tem condições de promover uma regulamentação mais equânime dos mecanismos de fomento do Estado.

Em economia, sabe-se que investimento gera emprego, ou seja, créditos de investimento, com taxas de juros baixas, são geradores imediatos de emprego, e oferecer tais créditos é exatamente o objetivo do Findes.

O Ministro da Fazenda informou, no início deste ano, que a oferta de crédito público para as empresas, no País, estará condicionada à manutenção do emprego. Assim, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - já exige, na assinatura do contrato de financiamento, que as empresas informem o volume de empregos que o investimento vai gerar.

Em Minas, o BDMG, neste ano, segundo seu presidente, tem buscado novos caminhos para avançar em sua missão de ser uma instituição comprometida com a geração de oportunidades e o desenvolvimento sustentável do Estado. Atento à nova realidade, vem se adaptando à conjuntura econômica e contribuindo para diminuir as diferenças sociais.

Em 2008, o BDMG atendeu 1.436 clientes, em 324 Municípios, fechou o ano com uma carteira de 10.841 clientes com contratos ativos, distribuídos por 644 Municípios. Só no segmento de pequenos empreendimentos e microempreendimentos, o BDMG atendeu a 1.279 empresários e pequenos produtores rurais, o que representa mais de 89% do número de clientes atendidos no primeiro semestre de 2008. O Banco está presente em 75% dos Municípios mineiros, nos quais se concentram 94% da população e 97% do PIB estadual. Sua meta, aprovada em seu plano estratégico para o período 2008-2011, é estar presente em todo o Estado, com pelo menos uma operação em cada Município, nos próximos três anos.

O BDMG também criou linhas de crédito, com recursos próprios, como estímulo à geração de emprego e renda.

O Fines objetiva assegurar condições financeiras adequadas à execução de projetos de longa maturação, integrados a empreendimentos agroindustriais instalados ou em fase de instalação no Estado. Seu beneficiário é o produtor rural ou florestal que fornece ou virá a fornecer insumos requeridos pelos empreendimentos agroindustriais instalados ou em processo de instalação em Minas Gerais e que tenham contrato de financiamento com o BDMG. A concessão do financiamento está condicionada ao enquadramento prévio do empreendimento em seus objetivos, por deliberação de seu Grupo Coordenador, com base em recomendação do BDMG.

Isso posto, e reconhecendo o mérito da intenção do autor, não encontramos óbice de ordem financeiro-orçamentária à aprovação do projeto em análise.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.323/2009.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

Inácio Franco, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Juarez Távora - Célio Moreira.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 6/8/2009, a seguinte comunicação:

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento do Sr. Antônio Pacheco Barroso, ocorrido em 29/7/2009, em Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Associação Brasileira de Ouvidores-Ombudsman - Seção Minas Gerais pela realização do I Fórum de Ouvidores e Ombudsman de Minas Gerais (Requerimento nº 4.104/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso à Sra. Galdina de Souza Arrais por sua eleição como Presidente do Conselho Municipal de Educação de Contagem (Requerimento nº 4.148/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com o Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros Florestais, extensivas aos membros da Diretoria e associados da entidade, pelo Dia do Engenheiro Florestal (Requerimento nº 4.149/2009, do Deputado Chico Uejo);

de congratulações com o Instituto Nossa Senhora do Sagrado Coração, do Município de Divinópolis, por seus 80 anos de fundação (Requerimento nº 4.151/2009, do Deputado Doutor Rinaldo);

de pesar pelo falecimento do Sr. Chrispim Jaques Bias Fortes, ex-Deputado Estadual e Federal, ocorrido em 1º/7/ 2009, em Barbacena (Requerimento nº 4.155/2009, dos Deputados Doutor Viana e José Henrique);

de aplauso ao Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais pela posse dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal (Requerimento nº 4.156/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso ao Comandante-Geral da PMMG pelas comemorações do quinto aniversário do Comando de Policiamento Especializado (Requerimento nº 4.157/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso à Associação Brasileira dos Criadores do Cavalão Mangalarga Marchador pelas comemorações dos seus 60 anos de fundação (Requerimento nº 4.160/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. Túlio Medeiros Garcia por sua posse como Procurador-Chefe da Fazenda Nacional no Estado (Requerimento nº 4.161/2009, do Deputado Tiago Ulisses);

de congratulações com a Santa Casa de Campo Belo pelo lançamento da pedra fundamental do Serviço de Nefrologia-Hemodiálise (Requerimento nº 4.162/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Partido Socialista Brasileiro pelo transcurso dos seus 62 anos de constituição (Requerimento nº 4.164/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Conselho Municipal de Segurança Pública de Santa Luzia por ocasião de seu nono aniversário de fundação (Requerimento nº 4.165/2009, do Deputado Wander Borges);

de aplauso ao Laboratório Tafuri de Patologia por seus 50 anos de fundação (Requerimento nº 4.183/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Corpo de Bombeiros Militar pela passagem do Dia do Bombeiro Brasileiro (Requerimento nº 4.184/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Sérgio Barroso, Secretário de Desenvolvimento Econômico, por ter sido agraciado com a Medalha Dom Pedro II, conferida pelo Corpo de Bombeiros Militar (Requerimento nº 4.185/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Alceu Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça, por ter sido agraciado com a Medalha Dom Pedro II, conferida pelo Corpo de Bombeiros Militar (Requerimento nº 4.186/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, por ter sido agraciado com a Medalha Dom Pedro II, conferida pelo Corpo de Bombeiros Militar (Requerimento nº 4.187/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, por ter sido agraciado com a Medalha Dom Pedro II, conferida pelo Corpo de Bombeiros Militar (Requerimento nº 4.188/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Eduardo Machado por sua designação como Desembargador do Tribunal de Justiça (Requerimento nº 4.189/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Ferroviário Esporte Clube por seus 40 anos de fundação (Requerimento nº 4.191/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Movimento de Mulheres de Timóteo por seus três anos de fundação (Requerimento nº 4.192/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral por seus 70 anos de fundação (Requerimento nº 4.205/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Escola Municipal Doutor João Pinheiro, de Caeté, por seus 101 anos de fundação (Requerimento nº 4.209/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Athos Mameluque Mota por sua eleição para o cargo de Provedor do Hospital Aroldo Tourinho, em Montes Claros (Requerimento nº 4.280/2009, da Comissão de Saúde).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/8/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Weliton Prado

nomeando Wesley Rocha Guimarães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 10/8/09, Douglas Deoclécio Tostes Firmo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Leonardo Rodrigues Lelé da Cunha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Casa de Repouso Bem Viver Divina Vieira da Sociedade São Vicente de Paulo de Iguatama. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensa, conforme o art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Control Elevadores Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em plataforma para portadores de necessidades especiais, da marca Vimec. Objeto deste aditamento: 2ª prorrogação do Contrato nº 147/2007, com reajuste de preço pelo INPC/IBGE. Vigência: 12 meses a partir de 1º/9/2009. Dotação orçamentária: 1011-010311227012009-339039.21-10.1.01.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Superview Comunicação e Marketing Ltda. Objeto: prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Rádio e Televisão da contratante, para realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação. Objeto deste aditamento: prorrogação de até 90 dias, com dispensa de licitação fundada nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com manutenção do preço. Vigência: 90 dias ou término do procedimento licitatório, Pregão Eletrônico nº 94/2008, em curso para contratação do mesmo objeto, o que ocorrer primeiro. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 3.3.90.39 (10.1).